

Autores:

Sílvia Amélia Corrêa Albornoza Braga - Analista do Banco Central do Brasil, pós-graduada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

Maria Juliana Zeilmann Fabris – Analista do Banco Central do Brasil, doutora em economia pela UFRGS.

Rafael Rockenbach da Silva Guimarães - Analista do Banco Central do Brasil, mestre em economia pela UFRGS.

Cristiane Lauer Schlottfeldt - Analista do Banco Central do Brasil, doutora em economia pela UFRGS.

Vera Maria Schneider - Analista do Banco Central do Brasil, mestre em economia pela UFRGS.

Email de contato: 00141311@ufrgs.br

Endereço de contato: Rua Sete de Setembro, 586, 8º andar, CEP 90010-190, Porto Alegre, RS.

Área temática:

B. Macroeconomia Regional.

Resumo: O artigo apresenta dois instrumentos de análise macroeconômica regional desenvolvidos pelo Banco Central do Brasil e, a partir deles, discorre sobre a evolução da economia no período recente, com ênfase no desempenho da região Sul. O primeiro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil (IBCR), de periodicidade mensal, consiste em *proxy* do nível de atividade econômica, estimada a partir do desempenho de indicadores setoriais. O segundo, o Boletim Regional do Banco Central do Brasil, divulgado trimestralmente, aborda os principais aspectos da atividade econômica das cinco grandes regiões do Brasil e de alguns de seus estados, dentre os quais, o Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Nível de atividade. Economia regional. Região Sul.

Indicadores de atividade econômica e Boletim Regional do Banco Central do Brasil: instrumentos para análise macroeconômica regional

Sílvia Amélia Corrêa Albornoz Braga
Maria Juliana Zeilmann Fabris
Rafael Rockenbach da Silva Guimarães
Cristiane Lauer Schlottfeldt
Vera Maria Schneider [◇]

1. Introdução

O presente estudo aborda dois tópicos de relevância para a análise macroeconômica regional no Brasil: os *Índices de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil* e o *Boletim Regional* da mesma instituição. No que se refere aos índices, o que mede a atividade do país é o IBC-Br, e os que medem a atividade econômica regional são os IBCR. O Boletim Regional, por sua vez, é uma publicação trimestral que aborda, além dos IBCR, diversos aspectos da atividade econômica das cinco grandes regiões do Brasil e de oito estados.¹

No Capítulo 2, são analisados aspectos históricos e metodológicos dos referidos índices, bem como sua aderência ao PIB, e, no Capítulo 3, reproduz-se análise com abordagem semelhante à efetuada no Boletim Regional, com destaque para a dinâmica da atividade econômica na região Sul em 2013, precedida de comentários sobre o desempenho do Brasil.

2. Indicadores de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil

2.1 Aspectos históricos e metodológicos

O BCB divulgou no seu Boletim Regional de janeiro de 2009 o Índice de Atividade Econômica Regional do Rio Grande do Sul (IBCR-RS), afirmando que “o acompanhamento tempestivo da atividade mensal das economias regionais constitui-se, muitas vezes, em ferramenta relevante para o entendimento da evolução dos indicadores nacionais” (BCB, 2009). Utilizando dados estilizados do estado do Rio Grande do Sul, o IBCR-RS apresentou

[◇] Analistas do Banco Central do Brasil. As opiniões expressas neste trabalho são exclusivamente dos autores e não refletem, necessariamente, a visão do Banco Central do Brasil.

¹ Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

forte aderência ao produto regional anual medido pelo IBGE. Posteriormente, este indicador foi ampliado para medir a atividade de alguns estados e de todas as regiões do país e, em março de 2010, foi considerada pertinente a criação de um indicador nacional – o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Brasil (IBC-Br) – que, incorporando as características dos IBCR regionais, refletisse a evolução contemporânea da atividade econômica do país e contribuísse para a elaboração da estratégia de política monetária (BCB, 2010), além de fornecer informações sobre flutuações econômicas das regiões e dos principais estados.

No ano de 2012, o BCB realizou aprimoramentos nos cálculos dos IBCR, buscando maior harmonização metodológica com o IBC-Br (BCB, 2012). As alterações levaram em conta a menor disponibilidade de dados em nível regional e, por este motivo, várias *proxies* setoriais diferem das adotadas para o indicador nacional. Para as atividades com mais de uma *proxy*, optou-se pela que apresentou melhor aderência para cada estado/região. Ao final, efetuou-se o encadeamento com pesos, do ano anterior ou último ano disponível, das respectivas atividades nas Contas Regionais. Segue descrição das principais variáveis utilizadas para expressar o comportamento das diversas atividades (BCB, 2012):

Agricultura, silvicultura e exploração florestal: encadeamento do crescimento anual do volume das lavouras, de acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), do IBGE. A ponderação considera o valor da produção da PAM e a distribuição mensal segue a proporção para cada lavoura obtida no Censo Agropecuário de 2006, também do IBGE, último disponível.

Pecuária e pesca: encadeamento do crescimento mensal do volume produzido de carne bovina, carne suína, frango, leite e ovos de galinha, ponderados pelos seus valores da produção. Para as carnes, os dados são obtidos da Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, sendo as variações dos rebanhos imputadas com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), ambas do IBGE, e os valores da produção calculados a partir dos preços recebidos pelo produtor, da Fundação Getúlio Vargas (PRP/FGV). Para o leite e os ovos de galinha, os dados são extraídos da Pesquisa Trimestral do Leite e da pesquisa Produção de Ovos de Galinha, também do IBGE.

Indústria extrativa e Indústria de transformação: Produção física industrial, índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal, da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), do IBGE.

Construção civil: 1) estoques de empregos formais na construção civil, correspondente à última Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), atualizado mensalmente pelo saldo de movimentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos disponibilizados em base de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e filtrados para vínculos privados; ou 2) médias dos últimos doze meses da população ocupada (PO) na construção civil, da Pesquisa Mensal de Emprego no estado/região, do IBGE.

Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana: 1) consumo de energia elétrica divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para as regiões. Para os estados, assume-se que o consumo industrial de energia elétrica segue as variações da produção da indústria de transformação mensuradas pela PIM-PF, enquanto as demais modalidades de consumo acompanham o dado divulgado pela EPE para a respectiva região; ou 2) consumo de energia elétrica por concessionário, dados divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e agregáveis por região e por estados.

Comércio e serviços de manutenção e reparação: 1) encadeamento do comércio atacadista e varejista, ponderados pelas margens de comercialização da região/estado obtidas da Pesquisa Anual do Comércio (PAC), do IBGE. Para o segmento atacadista, estimaram-se margens de comércio com percentuais constantes das Tabelas de Recursos e Usos (TRU) do Brasil, aplicados aos valores brutos da produção do estado/região, divulgados pela Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-E) e PAM, do IBGE, e estimados para a pecuária. Essas margens de comércio foram adotadas como pesos para o volume produzido na agricultura, pecuária e atividades industriais pesquisadas pela PIM-PF no estado/região. Para o segmento varejista, utilizou-se o índice de volume de vendas no comércio varejista, da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE; ou 2) médias dos últimos doze meses da População Ocupada no comércio, da PME.

Serviços de alojamento e alimentação, Serviços prestados às famílias e associativas, Serviços prestados às empresas, Saúde e educação mercantis e Serviços

domésticos: 1) estoques de empregos formais nas atividades, correspondentes à última RAIS, atualizados mensalmente pelo saldo de movimentação do CAGED, ambos disponibilizados em base de dados do MTE, filtrados para vínculos privados, na CNAE 1.0; ou 2) médias dos últimos doze meses da PO na CNAE 1.0 – divisões correspondentes, da PME.

Transportes, armazenagem e correio: vendas de óleo diesel, em metros cúbicos, pelas distribuidoras, disponibilizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Serviços de informação: 1) arrecadação do ICMS no setor terciário – serviços de comunicação – valores correntes, disponibilizada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), do Ministério da Fazenda, deflacionada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Grupo 9, do respectivo estado/região; ou 2) Modelo de regressão multiplicativo para o índice de volume do valor adicionado bruto a preços básicos (VAB) dos “Serviços de Informação” do estado/região, disponível nas Contas Regionais, em função do VAB estimado, da mesma atividade, para o IBC-Br.

Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados: modelo de regressão multiplicativo para o VAB de “Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados” do estado/região, disponível nas Contas Regionais, em função do VAB da mesma atividade das Contas Nacionais Trimestrais (CNT).

Atividades imobiliárias e aluguéis e Administração, saúde e educação públicas e seguridade social: modelo de regressão multiplicativo para o índice de volume do valor adicionado bruto a preços básicos (VAB) das “Atividades imobiliárias e aluguéis” e da “Administração, saúde e educação públicas e seguridade social” do estado/região, disponíveis nas Contas Regionais, em função do VAB estimado, da mesma atividade, para o IBC-Br.

2.2 Aderência dos indicadores

Em nível nacional, há boa aderência do Índice de Atividade Econômica do Banco Central ao Produto Interno Bruto divulgado pelo IBGE, notadamente na frequência anual, conforme Tabela 1. Registre-se que em nove dos onze anos disponíveis para comparação, o erro observado em módulo foi igual ou inferior a 0,5 pontos de porcentagem. Em relação aos dados regionais, pode-se esperar menor aderência, pois as séries são mais voláteis e há menos dados disponíveis para compor a estimativa, comparativamente ao indicador nacional. Assim, do confronto entre os dados anuais de 2003 a 2010 dos IBCR e os respectivos PIB regionais resultou que, para as cinco grandes regiões, em 55% das comparações observou-se erro em módulo igual ou inferior a 0,5 p.p, e, em 73% dos casos, igual ou inferior a 1,0 p.p.; para os estados, esses percentuais reduzem-se para 36% e 62%, respectivamente. Os resultados anuais para as cinco regiões constam nos Gráficos de 1 a 5, de onde também é possível visualizar o grau de aderência do indicador coincidente (o IBCR) aos dados efetivos, divulgados nas Contas Regionais, do IBGE². Registre-se que o IBC-Br incorpora estimativas do peso de impostos, enquanto os IBCR ficam restritos ao valor adicionado.

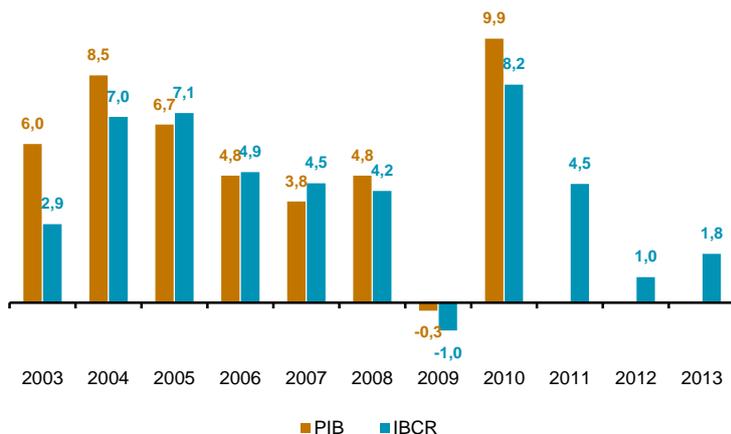
Tabela 1 - Comparativo entre a evolução do PIB e os indicadores de atividade do BCB: IBC-Br e IBCR
Variação anual % (diferença em p.p.)

	2003			2004			2005			2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012			2013		
	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif	IBGE	BCB	dif
Brasil	12	14	0,3	5,7	5,5	-0,2	3,2	3,3	0,1	4,0	4,3	0,3	6,1	6,4	0,3	5,2	4,4	-0,8	-0,3	-1,2	-0,9	7,5	7,9	0,4	2,7	3,3	0,9	0,6	2,3	2,5			
Norte	6,0	2,8	-3,2	8,5	7,0	-1,5	6,7	7,6	0,9	4,8	5,1	0,3	3,8	5,2	1,4	4,8	4,5	-0,3	-0,3	-0,9	-0,6	9,9	8,6	-1,3	4,2			0,5			1,8		
Amazonas	4,6	1,7	-2,9	10,3	9,7	-0,6	10,4	10,0	-0,4	2,6	2,0	-0,6	4,5	6,2	1,7	4,5	5,5	1,0	-2,0	-0,9	1,1	10,0	10,5	0,5	4,7			-2,7			2,1		
Pará	6,4	3,8	-2,6	7,2	4,7	-2,5	4,2	5,5	1,3	7,1	7,8	0,7	2,2	4,3	2,1	4,9	3,7	-1,2	-3,2	-0,9	2,3	8,0	6,7	-1,3	4,1			3,1			1,6		
Nordeste	1,9	0,7	-1,2	6,5	5,0	-1,5	4,6	5,0	0,4	4,8	4,7	-0,1	4,8	5,1	0,3	5,5	5,0	-0,5	1,0	1,4	0,4	7,2	7,2	0,0	3,2			2,8			3,7		
Ceará	1,5	0,7	-0,8	5,2	3,1	-2,1	2,8	3,7	0,9	8,0	8,3	0,3	3,3	3,8	0,5	8,5	7,2	-1,3	0,0	1,7	1,7	8,0	7,4	-0,6	4,0			0,8			3,7		
Pernambuco	-0,6	-0,1	0,5	4,1	3,0	-1,1	4,2	4,7	0,5	5,1	4,5	-0,6	5,4	5,8	0,4	5,3	4,8	-0,5	2,8	3,0	0,2	7,7	7,7	0,0	3,1			2,9			1,8		
Bahia	2,2	0,0	-2,2	9,6	5,7	-3,9	4,8	5,8	1,0	2,7	3,7	1,0	5,3	5,3	0,0	5,2	6,4	1,2	-0,6	1,4	2,0	6,6	8,4	1,8	4,3			2,9			4,5		
Sudeste	-0,2	0,5	0,7	5,5	5,3	-0,2	3,5	3,8	0,3	4,1	3,9	-0,2	6,4	6,0	-0,4	5,5	6,1	0,6	-1,0	0,3	1,3	7,6	7,2	-0,4	2,7			1,1			1,3		
Minas Gerais	1,4	1,4	0,0	5,9	5,7	-0,2	4,0	4,0	0,0	3,9	5,0	1,1	5,6	5,2	-0,4	5,2	6,5	1,3	-4,0	-2,7	1,3	8,9	8,1	-0,8	2,3			3,0			0,5		
Espírito Santo	1,4	2,0	0,6	5,6	4,5	-1,1	4,2	4,1	-0,1	7,7	6,4	-1,3	7,8	6,4	-1,4	7,8	5,3	-2,5	-6,7	-4,8	1,9	13,8	11,2	-2,6	8,4			0,7			-1,7		
Rio de Janeiro	-1,1	0,3	1,4	3,2	2,1	-1,1	3,0	4,0	1,0	4,0	3,5	-0,5	3,6	3,0	-0,6	4,1	3,5	-0,6	2,0	3,2	1,2	4,5	4,9	0,4	2,1			0,9			0,9		
São Paulo	-0,4	0,3	0,7	6,1	6,3	0,2	3,5	3,7	0,2	4,0	3,6	-0,4	7,4	7,2	-0,2	5,9	6,7	0,8	-0,8	0,6	1,4	7,9	7,2	-0,7	2,7			0,7			1,9		
Sul	2,5	2,8	0,3	4,9	3,9	-1,0	-0,8	-0,6	0,2	3,2	2,7	-0,5	6,5	6,6	0,1	3,4	4,5	1,1	-0,6	0,1	0,7	7,6	7,4	-0,2	3,5			0,2			6,1		
Rio Grande do Sul	1,6	2,3	0,7	3,3	2,5	-0,8	-2,8	-3,1	-0,3	4,7	3,0	-1,7	6,5	6,1	-0,4	2,7	3,4	0,7	-0,4	0,4	0,8	6,7	6,3	-0,4	4,2			-1,2			8,3		
Santa Catarina	1,0	1,0	0,0	7,5	6,2	-1,3	1,6	1,8	0,2	2,6	3,0	0,4	6,0	7,2	1,2	3,0	3,9	0,9	-0,1	0,4	0,5	5,4	6,3	0,9	1,4			1,0			4,1		
Paraná	4,5	4,7	0,2	5,0	4,0	-1,0	0,0	0,5	0,5	2,0	2,2	0,2	6,7	6,9	0,2	4,3	5,9	1,6	-1,3	-0,4	0,9	10,0	9,6	-0,4	4,4			1,3			5,2		
Centro-Oeste	3,5	3,0	-0,5	6,3	2,7	-3,6	4,7	3,4	-1,3	2,8	2,7	-0,1	6,8	5,5	-1,3	6,1	5,5	-0,6	2,5	2,6	0,1	6,2	6,0	-0,2	3,5			2,4			2,6		
Goiás	4,2	2,3	-1,9	5,2	2,5	-2,7	4,2	4,0	-0,2	3,1	2,0	-1,1	5,5	5,1	-0,4	8,0	6,8	-1,2	0,9	2,3	1,4	8,8	6,5	-2,3	6,1			2,1			2,8		

Fonte: BCB e IBGE

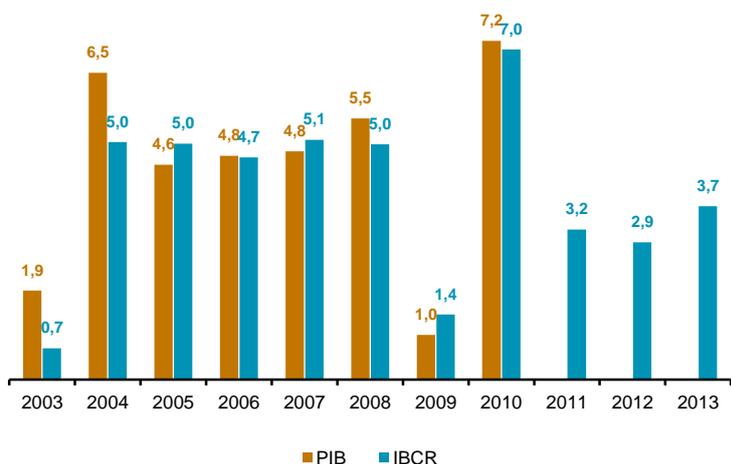
² Na divulgação mais recente das Contas Regionais, referentes a 2011, o IBGE não disponibilizou a taxa de variação real do PIB, de forma que o último dado disponível refere-se ao ano de 2010.

Gráfico 1 – IBCR e PIB – Região Norte
Variação % a.a.



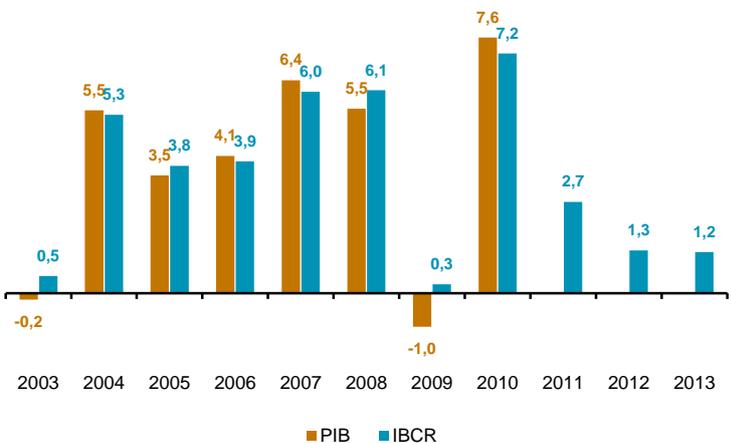
Fonte: BCB e IBGE

Gráfico 2 – IBCR e PIB – Região Nordeste
Variação % a.a.



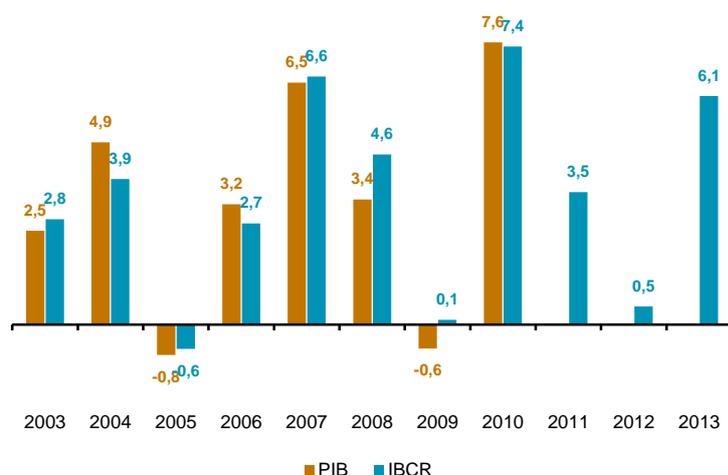
Fonte: BCB e IBGE

Gráfico 3 – IBCR e PIB – Região Sudeste
Variação % a.a.



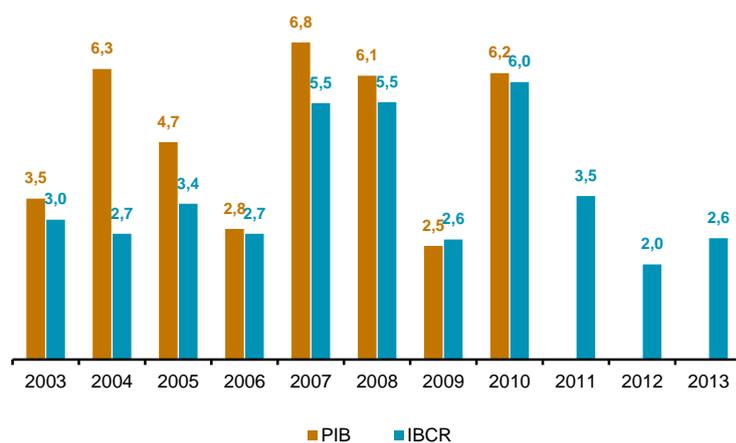
Fonte: BCB e IBGE

Gráfico 4 – IBCR e PIB – Região Sul
Variação % a.a.



Fonte: BCB e IBGE

Gráfico 5 – IBCR e PIB – Região Centro-Oeste
Variação % a.a.



Fonte: BCB e IBGE

3. Dinâmica da atividade econômica no ano de 2013

Ao construir indicadores de atividade econômica para o país e suas regiões, com periodicidade mensal, metodologia uniforme e disponibilidade dos dados com defasagem aproximada de 45 dias, o BCB produziu nova e relevante variável que pode ser incorporada a estudos econômicos, notadamente os relativos à economia regional. Nesse sentido, passa-se a analisar a dinâmica da economia brasileira no ano de 2013, com destaque para os desempenhos regionais, em especial o da região Sul, tendo como referência os Indicadores de

Atividade Econômica do Banco Central do Brasil associados às principais variáveis econômicas disponíveis.

3.1 Brasil

A economia brasileira registrou crescimento de 2,3% em 2013, acelerando em relação à elevação de 0,9% observada em 2012, de acordo com o IBGE. Note-se para estes anos que o IBC-Br variou 2,5% e 0,6%, respectivamente.

Setorialmente, o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária mostrou-se mais dinâmico, registrando expansão de 7%, sobretudo em decorrência do desempenho da agricultura das regiões Centro-Oeste e Sul. O crescimento de 1,3% da indústria adveio dos subsetores eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (2,9%), transformação (1,9%) e construção (1,9%), tendo em vista que a produção da extrativa mineral assinalou queda de 2,8% no ano. O VAB do setor de serviços aumentou 1,3%, destacando-se a elevação de 5,3% dos serviços de informação.

A taxa média de desemprego no país, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, seguiu em trajetória declinante no decorrer de 2013, atingindo 4,3% em dezembro. Em âmbito regional, ocorreram recuos em todas as regiões medidas, com destaque para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre, que registraram taxas de 3,4% e 2,6%, respectivamente.

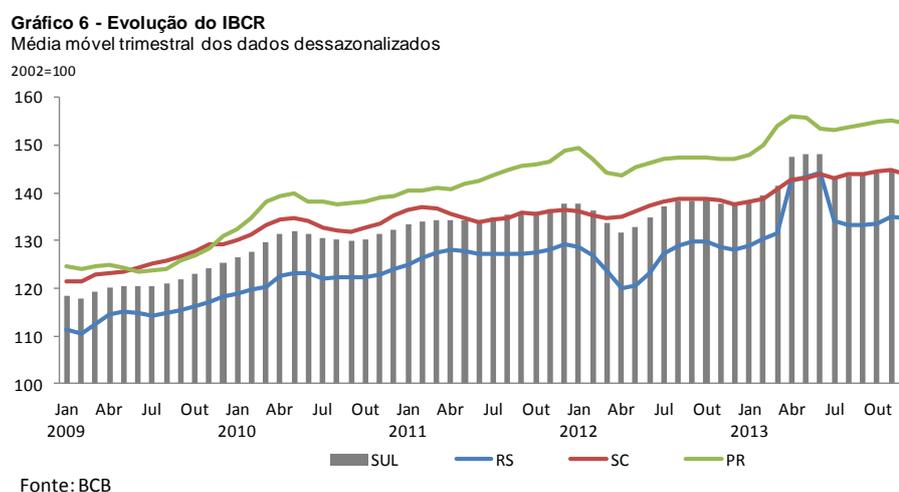
O *superavit* da balança comercial do país atingiu US\$2,6 bilhões em 2013, ante US\$19,4 bilhões em 2012. Essa redução foi determinada principalmente pela reversão de *superavit*, de US\$14,5 bilhões, para *deficit*, de US\$9,2 bilhões, no resultado do Sudeste, condicionado, em parte, pela retração de 33,2% nas exportações de óleos brutos de petróleo. Em sentido inverso, ocorreram melhoras nos resultados do Norte, Centro-Oeste e Sul, favorecidos pela recuperação nos embarques de produtos básicos.

Os dados dos IBCR regionais para o ano de 2013 indicaram crescimentos de 6,1% no Sul, 3,7% no Nordeste, 2,6% no Centro-Oeste, 1,8% no Norte e 1,3% no Sudeste. Analisam-

se, a seguir, os condicionantes do desempenho da região Sul. Em relação às demais regiões, vide o Boletim Regional do BCB de janeiro de 2014 (BCB, 2014).

3.2 Região Sul

A evolução do nível de atividade do Sul no último quinquênio registrou tendência de crescimento, conforme Gráfico 6, trajetória interrompida em 2012, reflexo da quebra acentuada da safra de grãos, do desempenho negativo da produção industrial e da perda de dinamismo do comércio varejista.



Em 2013, o Sul apresentou crescimento de 6,1%, após relativa estabilidade em 2012 (0,2%). Esta dinâmica refletiu, em especial, o desempenho da agricultura. O crescimento da produção agrícola, favorecido pela base deprimida de comparação, produziu desdobramentos positivos sobre os demais setores, com destaque para a indústria de máquinas agrícolas e os serviços de transporte. Adicionalmente, as boas cotações das *commodities* agrícolas contribuíram para o aumento da renda disponível que, aliada à baixa taxa de desocupação da mão de obra, produziu efeitos sobre a atividade econômica em geral e sobre o comércio varejista, em particular. Nesse cenário, o IBCR-S registrou crescimento de 6,1%.

A receita nominal do setor de serviços cresceu 7,4% em 2013, ante 8,5% no país, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Ressaltem-se as taxas de expansão registradas nos segmentos transportes e serviços auxiliares aos transportes e correios,

(11,5%), reflexo principalmente do escoamento da boa safra, outros serviços (8,8%), e serviços prestados às famílias (8,5%).

No comércio, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE, as vendas varejistas registraram aumento real de 4,4% no ano, em relação a 2012, destacando-se os segmentos de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos (10,1%) e de combustíveis e lubrificantes (7,9%). O comércio ampliado, refletindo variações de 12,8% nas vendas de material de construção e de 6,4% nas de automóveis, cresceu 6,0% em 2013.

O Índice Nacional de Confiança (INC) do Sul, divulgado pela ACSP, atingiu 153 pontos em dezembro de 2013, ante média nacional de 143 pontos. O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), elaborado pela Confederação Nacional do Comércio, somou 130,5 pontos em dezembro. O indicador registrou elevações pelo quinto mês em sequência, situando-se próximo da média para o país (130,6 pontos).

A produção industrial do Sul aumentou 5,1% no ano, ante 1,2% no país, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) Regional do IBGE. O desempenho observado no Sul manteve tendência de expansão a partir de abril, com evolução positiva em catorze das dezenove atividades abrangidas pela pesquisa. Os maiores crescimentos foram registrados por refino de petróleo, 20%, veículos automotores, 17,4%, e vestuário e acessórios, 10,5%. Por sua vez, a produtividade da indústria – razão entre a produção física e o número de horas pagas, dados divulgados pelo IBGE – elevou-se 1,3% no ano.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)³ do Sul, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 52,6 pontos em dezembro. Os componentes que avaliam condições atuais e expectativas para os próximos seis meses alcançaram 47,1 pontos e 53,3 pontos, respectivamente, em dezembro. O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação, divulgado na Sondagem Industrial da CNI, atingiu 48,1 pontos em dezembro de 2013, resultado próximo ao observado no país (48,2 pontos), assim como o nível de utilização da capacidade instalada da indústria, que registrou 72% no Sul e 70% no Brasil.

³ Situando-se acima de 50 pontos, o indicador encontra-se na área que denota confiança.

Os desembolsos do BNDES para o Sul totalizaram R\$43,1 bilhões no ano, elevando-se 48,2% em relação a 2012 (aumento de 22,1% no país).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas na região somou R\$483,4 bilhões em dezembro, aumentando 16,1% em doze meses, de acordo com dados do BCB. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$242,6 bilhões, com alta de 18,2%. O saldo das operações contratadas com pessoas jurídicas totalizou R\$240,8 bilhões (aumento de 14% no ano). A taxa de inadimplência das operações de crédito atingiu 2,4% em dezembro (3% em dezembro de 2012).

No que se refere às finanças públicas, dados preliminares do BCB até dezembro de 2013 para os três segmentos subnacionais da região Sul, considerados conjuntamente, apontam para *superavit* primário de R\$4,1 bilhões, com crescimento de 23,5% em relação ao ano anterior. Os juros nominais, por outro lado, alcançaram R\$8 bilhões em 2013, recuando 8,2% em relação ao valor registrado em 2012, em linha com a menor variação do IGP-DI. O endividamento líquido alcançou R\$80,6 bilhões em dezembro, segundo os dados preliminares para o mês, indicando crescimento de 6,7% em relação ao ano anterior. A participação do endividamento do Sul no total da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país, alcançou 13,7% em 2013, recuando 0,2 p.p. em relação ao valor registrado em 2012.

A receita de ICMS totalizou R\$58,8 bilhões no ano, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS) do Ministério da Fazenda, ante R\$51,9 bilhões em 2012. Destaque para a arrecadação sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes que representou 18,5% da receita.

O Sul recebeu R\$18,9 bilhões de transferências da União em 2013, incluídos o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de outras transferências constitucionais, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A safra de grãos do Sul atingiu 73 milhões de toneladas em 2013, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de dezembro do IBGE, representando 35% da produção nacional. O acréscimo anual de 32,2% refletiu, em especial, os aumentos nas

colheitas de soja, 68,6%; trigo, 33,2%; e milho, 16,1%. Dentre as demais culturas, ressaltam-se as elevações nas safras de fumo (5,7%) e cana-de-açúcar (3,8%).

As cotações médias do trigo, feijão, arroz, soja e milho variaram 37,5%, 12,8%, 9,6%, 1,2% e -12,1%, respectivamente, em 2013, de acordo com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS), do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC) e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab).

A estimativa para o Valor Bruto da Produção (VBP) dos principais produtos agrícolas em 2013, divulgada pelo Mapa, atingiu R\$77,1 bilhões em dezembro. O aumento anual real de 24,7% (deflacionado pelo IGP-DI) refletiu, em parte, as elevações no VBP dos itens soja (54,1%), trigo (57,9%) e milho (6,2%).

Os abates de bovinos, suínos e aves em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) variaram, na ordem, 2,4%, -4,3% e -0,4% em 2013, em relação a 2012, de acordo com o Mapa. As cotações médias desses produtos aumentaram 6,6%, 20,5% e 10,2%, respectivamente, no período, conforme a Emater/RS, o Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Iepe/UFRGS), a Cepa/SC e a Seab. As exportações de bovinos cresceram 8,8% em 2013, e as relativas a suínos e aves recuaram, na ordem, 14,0% e 2,6%, na mesma base de comparação.

O *superavit* da balança comercial do Sul somou US\$1,1 bilhão em 2013 (*deficit* de US\$5,3 bilhões em 2012), de acordo com o MDIC. As exportações, com expansões de 17,7% no *quantum* e de 0,4% nos preços, aumentaram 18,2%, para US\$52 bilhões, e as importações, com variações de 5,5% na quantidade e -2,2% nos preços, cresceram 3,2%, para US\$50,9 bilhões.

Os embarques de produtos básicos (45,7% das exportações), concentrados em soja, carne de frango, fumo e milho, aumentaram 13,8% no período, e os de produtos manufaturados (47,3% do total exportado), 27,9%, destacando-se as vendas de três plataformas de perfuração/exploração a subsidiárias da Petrobrás⁴ e o aumento nas vendas de

⁴ Duas no Panamá e uma na Holanda.

automóveis. Os embarques de semimanufaturados (6,9% do total) recuaram 6,5%, refletindo, em especial, as retrações nas vendas de açúcar de cana e óleo de soja em bruto. China, Argentina e Holanda adquiriram, em conjunto, 33,8% das vendas externas regionais no período.

As aquisições de matérias-primas e de produtos intermediários, representando 51,1% das compras externas do Sul, elevaram-se 1,2% no período, destacando-se os aumentos em partes e peças para veículos, 21,5%, e em adubos e fertilizantes, 29,7%. As importações de bens de capital e de bens de consumo (19,7% e 18,3% do total, respectivamente) expandiram-se, na ordem, 8,5% e 4,7%, com destaque para as variações nas compras de veículos de carga. As importações de combustíveis (10,9% do total) cresceram 1,1% no período. As aquisições provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 39,0% das importações do Sul no ano.

A economia do Sul gerou 228,7 mil empregos formais em 2013 (195,6 em 2012), de acordo com o Caged/MTE, com o maior número de vagas tendo sido criadas no setor de serviços (104,3 mil) e no comércio (62,4 mil). O nível de emprego cresceu 3,2% no ano, com destaque para as elevações em serviços (4,1%) e comércio (3,8%).

O maior ritmo de expansão da atividade econômica da região em 2013 decorreu, principalmente, do acentuado crescimento da produção agrícola, com impactos positivos sobre a renda, o investimento, a demanda local e as exportações. Para 2014, as expectativas quanto ao nível de atividade devem considerar desempenho mais modesto da atividade agrícola e, por outro lado, eventual impacto da recuperação das economias desenvolvidas sobre as exportações do Sul.

4. Conclusões

O presente estudo procurou ressaltar a relevância para a análise macroeconômica regional brasileira dos Indicadores de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil e do Boletim Regional. Notadamente o IBCR supre uma lacuna relevante em termos de tempestividade de dados representativos da atividade econômica regional, pois, não obstante alguns estados, como o Rio Grande do Sul, disporem de dados sobre o PIB com pequena

defasagem, essa não é a regra para a maioria dos estados brasileiros, que aguardam os resultados oficiais das Contas Regionais, os quais, devido principalmente à complexidade do seu cálculo, tem sido disponibilizados com alguma defasagem, sendo que, atualmente, o último dado publicado refere-se ao ano de 2010⁵. Reitera-se que os IBCR não pretendem substituir os resultados apurados nas Contas Regionais, mas tão somente servirem como variável aderente aos PIB regionais. Outro aspecto abordado neste estudo é o Boletim Regional do Banco Central do Brasil, divulgado trimestralmente, onde são efetuadas análises regionalizadas que, além do IBCR, consideram outras variáveis econômicas relevantes. Neste sentido, detalhou-se o desempenho da região Sul no ano de 2013, que foi superior ao do país, acrescentando-se ainda considerações acerca do comportamento da economia brasileira no mesmo período.

⁵ As Contas Regionais referentes a 2011, já divulgadas, não permitem aferir a variação real do PIB do ano considerado.

Referências

BCB. Índice de atividade econômica regional do Rio Grande do Sul (IBCR-RS). **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 95-97, jan. 2009.

_____. Índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), **Relatório de Inflação**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 24-28, mar. 2010.

_____. Índice de atividade econômica regional: revisão e ampliação das informações utilizadas, **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, Brasília, DF, v. 6, n. 4, p. 105-109, out. 2012.

_____. **Boletim Regional do Banco Central do Brasil**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, jan. 2014.

_____. Séries temporais. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?SERIETEMP>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.